

Nome da Medida	Pilar do PNR	Receitas do Estado	Despesas do Estado	Despesas do Estado - Portugal 2020	Contribuição dos fundos U.E. - Plano Juncker	Contribuição dos fundos U.E. - Outras linhas financiamento	Outras fontes de financiamento	Descrição qualitativa dos impactos previstos e respetiva calendarização
Promover a generalização do ensino secundário enquanto patamar mínimo de qualificações	Qualificação dos portugueses			1 924 000				Aumento das qualificações e, em particular, aumento da população com nível secundário completo.
Modernizar o sistema de ensino	Qualificação dos portugueses	0	42 589	28 000	0	0	0	Inovação na aprendizagem; promoção da criação, disseminação e utilização de conteúdos digitais no processo de aprendizagem; melhoria no diagnóstico das escolas e professores com base na informação produzida; eficiência e transparência na administração escolar.
Promover o sucesso escolar e reforço de apoios a estudantes carenciados	Qualificação dos portugueses			473 000				Redução do insucesso e abandono escolar, promovendo a equidade e permitindo elevar os níveis de qualificação da população
Estimular o sucesso escolar no ensino superior	Qualificação dos portugueses	0	61 000	52 000	0	0	0	
Alargar a base social do ensino superior	Qualificação dos portugueses	0	750 000	497 000	0	0	0	NA
Estimular o emprego científico	Qualificação dos portugueses	0	606 000	304 000	0	0	0	
Reforçar a formação vocacional no ensino superior	Qualificação dos portugueses	0	294 000	250 000	0	0	0	
«Portugal INCoDe. 2030 - Iniciativa Competências Digitais», para responder à carência de recursos humanos capacitados nem Tecnologias de Informação	Qualificação dos portugueses	0	55 000	47 000	0	0	0	Contribuir para uma maior complementaridade entre oferta e procura de competências no mercado de trabalho, nomeadamente colmatando carências ao nível das competências de TICs
Programa Qualifica - Reforçar a formação e qualificação de adultos	Qualificação dos portugueses		1 731 372	1 028 443	0	0	0	0 - Aumentar os níveis de qualificação e melhorar a empregabilidade dos ativos, dotando-os de competências ajustadas ao mercado de trabalho- Corrigir o atraso estrutural do País em matéria de escolarização, no sentido de uma maior convergência com a realidade europeia- Adequar a oferta e a rede formativa às necessidades do mercado de trabalho e aos modelos de desenvolvimento nacionais e regionais
Efetuar o Estudo de avaliação das Políticas Ativas de Emprego	Qualificação dos portugueses/Coesão e Igualdade	0	0	0	0	0	0	
Campanha Nacional de informação no âmbito da Garantia Jovem	Qualificação dos portugueses		996 000	335 000				
Cheque-Formação	Qualificação dos portugueses	0	6 210	5 796	0	0	0	0 - Reforçar a qualidade e a celeridade das medidas ativas de emprego, em particular no que respeita à qualificação profissional- Contribuir para a melhoria da produtividade e da competitividade das empresas, através do reforço da qualificação profissional dos seus trabalhadores, em especial dos menos qualificados- Potenciar a procura de formação por parte dos desempregados e dos ativos empregados- Incentivar os percursos de aprendizagem ao longo da vida, bem como o desenvolvimento pessoal dos ativos empregados e dos desempregados- Corresponsabilizar as entidades empregadoras, os ativos empregados e os desempregados na procura de respostas de formação que promovam a melhoria dos desempenhos profissionais- Potenciar o ajustamento entre a oferta e a procura de formação, imprimindo uma nova dinâmica nos operadores de formação
Desenvolver a criação de cooperativas por jovens desempregados/NEET através do Programa COOPJOVEM	Qualificação dos portugueses	0	1 298	1 169	0			Este programa procura promover através de um processo de capacitação e financiamento de 18 meses (por edição) as competências necessárias à criação, implementação e consolidação de um negócio cooperativo e à criação do autoemprego. Tem ainda como objetivo, caso os promotores o entendam, promover a criação de cooperativas de diferentes ramos de atividade ou de novas secções em cooperativas agrícolas existentes por jovens desempregados e inativos (NEET).
Contrato-Emprego	Qualificação dos portugueses							
Livro Verde sobre as Relações Laborais 2016	Qualificação dos portugueses							
Programa Contrato-Geração	Qualificação dos portugueses/Coesão e Igualdade							- Melhorar a situação de dois grupos particularmente afetados por problemas de desemprego: os jovens e os desempregados de longa e muito longa duração - Fomentar um melhor equilíbrio entre gerações no mercado de trabalho e nas empresas
Reorientar as políticas ativas do mercado de trabalho	Qualificação dos portugueses/Coesão e Igualdade	0	1 094 993	444 133				Melhoria da qualidade e sustentabilidade dos empregos apoiados no âmbito das políticas ativas de emprego.
Estágios Profissionais	Qualificação dos portugueses							
Plano Nacional das Artes	Qualificação dos portugueses			0				Apenas com a apresentação do plano estratégico para o PNA, pela comissão executiva que entrou em funções no dia 1 de março de 2019, será possível identificar os impactos qualitativos e quantitativos expectáveis.
Desenvolver a Investigação&Desenvolvimento&Inovação, através da promoção de agendas mobilizadoras	Inovação da Economia Portuguesa							O roadmap vai conduzir à concentração de recursos em I&D em áreas alinhadas com as estratégias de especialização inteligente.
Programa Interface - Promover a transferência de conhecimento para empresas, através de Laboratórios Colaborativos/Centros Tecnológicos e de Engenharia, juntamente com Contratos de Inovação Empresarial, desenvolvendo as capacidades empresariais de I&D&I	Inovação da Economia Portuguesa	0	822 524	579 600				
Internacionalizar e capacitar as infraestruturas e reequipamento científico e tecnológico	Inovação da Economia Portuguesa	0	761 760	571 320				
Programa Start-up Portugal	Inovação da Economia Portuguesa	0	339 480	322 920	0	0	0	0 Além de fomentar o espírito empreendedor, o Programa Startup Portugal destina-se a apoiar quem já é empreendedor, a assegurar a longevidade das empresas criadas e garantir que produzem maior impacto em termos de criação de emprego e de valor económico. Destina-se a organizar, desbloquear, promover a partilha de benefícios, boas práticas e recursos, entender onde há falhas regionais e setoriais e colmatar lacunas.
Promover uma política pública de design e moda na indústria	Inovação da Economia Portuguesa							
Programa Semente	Inovação da Economia Portuguesa							
Desenvolver um programa de compras públicas para a inovação	Inovação da Economia Portuguesa							
Programa Interface - Iniciativa de Apoio aos Centros Interface	Inovação da Economia Portuguesa	0	112 195	92 000		351 000		
Portugal - Indústria 4.0	Inovação da Economia Portuguesa	0	414 000	414 000	0	0		Estima-se que terão um impacto sobre mais de 50.000 empresas a operar em Portugal e, numa fase inicial, permitirão requalificar e formar em competências digitais dezenas de milhares de trabalhadores. No âmbito destas medidas, está previsto serem injetados na economia até 4,5 mil milhões de euros de investimento nos 4 anos da iniciativa, até 2020.
Reforçar o acesso a redes de banda larga	Inovação da Economia Portuguesa	0	0	0	600 000	0	0	
Programa orientado de atração de projetos-âncora para as atividades de inovação	Inovação da Economia Portuguesa	0	331 200	331 200	0	0	0	
Programa Interface - Promoção de clubes de fornecedores (PME) de empresas de maior dimensão	Inovação da Economia Portuguesa	0	248 400	248 400				
Alargar a base exportadora do país - novas empresas exportadoras e sua capacitação	Inovação da Economia Portuguesa	0	563 040	563 040	0	0	0	
Estratégia Turismo 2027 (ET27)	Inovação da Economia Portuguesa							Sustentabilidade da atividade turística nacional; aumento das receitas internacionais, hóspedes e dormidas; qualificação do destino turístico; qualificação dos profissionais do turismo
REVIVE	Inovação da Economia Portuguesa							Promoção da sustentabilidade da atividade turística durante todo o ano e em todo o território; qualificação dos profissionais do turismo

Nome da Medida	Pilar do PNR	Receitas do Estado	Despesas do Estado	Despesas do Estado - Portugal 2020	Contribuição dos fundos U.E. - Plano Juncker	Contribuição dos fundos U.E. - Outras linhas financiamento	Outras fontes de financiamento	Descrição qualitativa dos impactos previstos e respetiva calendarização
Dinamizar investimento no Turismo - Instrumentos financeiros específicos para o turismo	Inovação da Economia Portuguesa							Dinamização investimento no turismo Promoção da sustentabilidade da atividade turística durante todo o ano e em todo o território
Wifi nos centros históricos	Inovação da Economia Portuguesa							Promoção da sustentabilidade da atividade turística durante todo o ano e em todo o território; Promover novas oportunidades de negócio
Programa de valorização turística do interior	Inovação da Economia Portuguesa							Assegurar condições para a contínua qualificação dos destinos, através, nomeadamente, da regeneração e reabilitação dos espaços públicos com interesse para o turismo e da valorização do património cultural e natural do país, promovendo, de igual modo, condições para a desconcentração da procura, para a redução da sazonalidade e para a criação de valor e de emprego
All for all	Inovação da Economia Portuguesa							Incremento da oferta turística acessível em equipamentos culturais e alojamento turístico; reforço de parcerias entre entidades que trabalham este segmento e; surgimento de novas empresas de oferta acessível.
Portuguese Trails	Inovação da Economia Portuguesa							Posicionar internacionalmente Portugal como destino de cycling e walking; Diversificação de mercados de procura; Incrementar os fluxos de turistas de cycling & walking em épocas baixas de ocupação turística; Incrementar as dormidas e receitas nos territórios com sazonalidade e de interior; Assegurar condições para a contínua qualificação dos destinos regionais, contribuindo para a desconcentração da procura, para a redução da sazonalidade e, para a crescente criação de valor e de emprego
Programa de inovação e digitalização da oferta turística	Inovação da Economia Portuguesa							Assegurar condições para promover inovação contínua e competitividade do turismo em Portugal
Programa de Apoio às Artes	Inovação da Economia Portuguesa	0						O nº de municípios abrangidos inclui o continente e ilhas pois o novo modelo foi alargado, pela primeira vez, a todo o território nacional. As restantes metas são definidas para o 1º ano de implementação da medida (2018).
Políticas de ordenamento do território	Valorização do território	0	300	0	0	0	0	0 Atualização das políticas de ordenamento do território em função das alterações climáticas e das novas tendências dos modelos de desenvolvimento económico e social. Adaptação ao novo quadro legal de ordenamento do território no âmbito dos IGT. Contributo para a territorialização do próximo Quadro Comunitário de Apoio.
Organizar o setor de transportes públicos coletivos rodoviários	Valorização do território	0	258 931	74 693	0	0	0	0 Redução das emissões CO2 e Eficiência Energética
Descarbonizar a frota de Veículos Ligeiros de acesso público	Valorização do território	0	4 000	0	10 000	0	0	0 Redução das emissões CO2 e Eficiência Energética
Expandir o Metro do Porto/Metro de Lisboa	Valorização do território	0	487 700	190 000	0	0	30 200	0 Redução das emissões CO2 e Eficiência Energética
Mobilidade elétrica	Valorização do território	0	44 902	4 080	0	0	0	0 Melhorar o ambiente urbano
Mobilidade suave	Valorização do território	0	24 850	20 300	0	0	0	0 Melhorar a qualidade de vida das pessoas
IFRRU 2020	Valorização do território	0	123 232	102 720	0	0	580 000	0 Melhorar a qualidade de vida das pessoas e das cidades e reduzir consumos energéticos
Reabilitar para arrendar	Valorização do território	0	0	0	0	0	100 000	0 Melhorar a qualidade e ocupação das cidades
Instrumentos para áreas urbanas	Valorização do território	0	872 270	715 262	0	0	0	0 Melhorar a qualidade e ocupação nas zonas degradadas
Fundo Nacional Reabilitação do Edificado	Valorização do território	0	0	0	0	0	500 000	0 Melhorar o parque edificado
Casa Eficiente	Valorização do território	0	0	0	0	0	200 000	0 Melhorar o conforto e consumo energético dos imóveis
Promover a descarbonização - Living Labs	Valorização do território	0	17 647	15 000	0	0	12 000	0 Melhorar a qualidade de vida nas cidades
Eficiência Energética na Administração Pública	Valorização do território	0	230 000	200 000	0	0	0	0 Melhorar a eficiência energética dos edifícios da Administração Pública
Remover amianto nos edifícios onde se prestam serviços públicos	Valorização do território	0	105 000	0	0	0	316 000	0 Melhorar a saúde pública
1º Direito	Valorização do território		166 000				178 000	0 Garantir o acesso das famílias que vivem em situação de grave carência habitacional a uma habitação adequada
Porta de Entrada	Valorização do território							
Programa de Valorização do Interior (PVI) (ex Programa Nacional para a Coesão Territorial (PNCT))	Valorização do território							
Programa de Captação de Investimento para o Interior (PC2II)	Valorização do território							
Programa de Revitalização do Pinhal Interior (PRPI)	Valorização do território		185 000					
Reforçar a segurança das populações	Valorização do território							
Reforçar a Rede SIRESP	Valorização do território							
Reforçar meios e infraestruturas de Proteção Civil	Valorização do território							
Dinamizar o setor extrativo	Valorização do território							
Sistema de informação cadastral simplificada	Valorização do território		3 817	989				Aumento de registos entrados e o consequente aumento de nº de polígonos identificados, densificando a mancha territorial de proprietários das regiões.Com o recurso à prova de conceito criada, permite aos proprietários uma mais fácil localização dos seus prédios.
Apoiar os custos de arborização. Compensação pela perda de rendimento agrícola pela criação e manutenção de florestação	Valorização do território		162 971	139 538				
Apoiar os custos de implantação e manutenção de sistemas agroflorestais	Valorização do território		5 556	4 672				
Apoiar a prevenção dos danos causados às florestas por incêndios florestais, catástrofes naturais e acontecimentos catastróficos	Valorização do território		97 957	81 952				
Apoiar a reparação dos danos causados às florestas por incêndios florestais, catástrofes naturais e acontecimentos catastróficos	Valorização do território		105 718	87 064				
Apoiar investimentos no aumento da resiliência e do valor ambiental dos ecossistemas florestais	Valorização do território		88 695	73 070				
Melhoria do valor económico das florestas	Valorização do território		43 225	35 942				
Apoiar os investimentos em tecnologias florestais e na transformação, mobilização e comercialização de produtos florestais	Valorização do território		22 134	18 814				
Criar o Banco de Terras e o Fundo de Mobilização de Terras	Valorização do território							
Criar o Regime de Incentivos Fiscais (Atividade Florestal)	Valorização do território							
Criar Entidades de Gestão Florestal	Valorização do território		500 000					
Desenvolver a atividade agrícola através de infraestruturas de regadio mais eficiente	Valorização do território	0	547 000	267 000			280 000	
Valorizar o potencial económico do interior	Valorização do território	0	390 240	320 000	0	0	0	
Janela Única Logística (JUL)	Valorização do território	0	5 100	0	0	0	0	
Estratégia de Aumento da Competitividade Portuária – Horizonte 2026 (anterior Plano Portuário 2020)	Valorização do território	0	311 600	100 000	0	76 000	1 976 400	
Promover o transporte marítimo e o apoio ao desenvolvimento da marinha mercante nacional	Valorização do território	23 946						
Estratégia Industrial para as Energias Oceânicas	Valorização do território							
Observatório do Atlântico (anterior Centro de Excelência do Atlântico)	Valorização do território	0	0	0	0	15 000	0	
Fundo Azul	Valorização do território		54 000	0	0	0	0	
Melhorar as condições de exercício da pesca e das comunidades piscatórias	Valorização do território	0	190 738	31 510	0	0	0	
Apostar na Aquicultura	Valorização do território	0	78 666	19 667				
Plano Ferrovia 2020	Valorização do território	0	1 551 941	489 027	0	599 325	0	
Compras públicas ecológicas	Valorização do território	0	574	0	0	0	0	0 Redução de consumos e de emissões de gases com efeito estufa
Tratamento mecânico e biológico de resíduos urbanos	Valorização do território	0	95 000	95 000	0	0	0	0 Aumento de materiais para reciclagem e valorização, cumprimento das metas nacionais e comunitárias e redução das emissões de gases com efeitos de estufa.
Política dos 3R	Valorização do território	0	113 700	113 700	0	0	0	0 Aumento da reciclagem
SIGRE	Valorização do território	0	200 000	170 000	0	0	0	0 Aumento da reciclagem
Fiscalidade Verde	Valorização do território	560 000	560 000	0	0	0	0	0 Descarbonização; melhoria da qualidade do ar; Redução de plásticos no ambiente;
Dinamização turística das casas de abrigo e casas florestais	Valorização do território	0	20 000					Reabilitação, valorização e rentabilização do património do estado sem uso; desenvolvimento e coesão regional; criação de emprego

Nome da Medida	Pilar do PNR	Receitas do Estado	Despesas do Estado	Despesas do Estado - Portugal 2020	Contribuição dos fundos U.E. - Plano Juncker	Contribuição dos fundos U.E. - Outras linhas financiamento	Outras fontes de financiamento	Descrição qualitativa dos impactos previstos e respetiva calendarização
Políticas activas para a gestão participativa e colaborativa de áreas protegidas	Valorização do território	0	30	0	0	0	0	Valorização dos territórios através da conjugação de esforços para promover atividades económicas compatíveis com os objetivos de conservação das áreas protegidas. Combate ao abandono e despovoamento das áreas protegidas.
Políticas ativas de conservação da natureza	Valorização do território	0	46 000	40 000	0	0	0	Melhoria do estado de conservação de habitats e de espécies
Defesa do Litoral	Valorização do território	0	172 500	150 000	0	0	0	Defesa da costa, com preservação ou reposição dos sistemas costeiros no sentido de garantir as condições de segurança de pessoas, bens e ecossistemas (diminuição da extensão de faixa costeira em situação crítica de erosão)
Rios e zonas inundáveis	Valorização do território	0	57 500	50 000	0	0	0	Reduzir as consequências associadas às inundações prejudiciais para saúde humana, o ambiente, o património cultural, as infraestruturas e as atividades económicas.
Acelerar a transição para uma economia circular	Valorização do território	0	4 000	0	0	0	50 000	Redução de entrada direta de matérias na economia, redução de GEE e redução de resíduos.
Reorganizar o setor das águas	Valorização do território	0	1 080	634 000	0	0	0	
Interligações Internacionais Rede Elétrica	Valorização do território							Medidas que visam o cumprimento de metas europeias (interligação de 10% do consumo médio até 2020 e de 15% até 2030).Início da construção da interligação Portugal Marrocos.
Revisão e Descida dos Preços do Mecanismo de Garantia de Potência	Valorização do território							Introduz um mecanismo de mercado (leilão) na atribuição de compensação pela garantia de Potência e determina, após consulta informada aos regulador setorial e à entidade responsável pela gestão do sistema, as reservas de capacidade e custo máximo para o sistema;Realizou-se a 30 de março, o leilão de reserva de segurança do SEN para o ano de 2017, tendo sido apurado um preço de fecho de 4 775 €/MW, e adjudicado o total de volume colocado a leilão (1 766 MW). O leilão permitiu gerar uma poupança superior a 7,2 milhões de euros, o que pressupõe uma poupança de cerca de 56% daquele encargo, face ao que ocorreria com o anterior mecanismo de incentivo à disponibilidade.
Reforçar o peso da produção de eletricidade via energia solar não subsidiada	Valorização do território							
Criar o Operador Logístico de Mudança de Comercializador de Energia "Poupa Energia"	Valorização do território							- Aumento da concorrência e dinamização dos preços de mercado retalhista;- Contratação de propostas comerciais mais ajustadas a cada perfil de consumo (racionalização de despesas);- Apoio em escolhas de consumo mais eficientes (promoção de um consumo mais racional);- Otimização dos custos com as 2 plataformas distintas existentes e cujos custos eram suportados pelas tarifas de eletricidade e de gás natural, e, por essa via, pagos por todos os consumidores.
Criar e Regular o Fundo dos Recursos Geológicos	Valorização do território							Consolidação de um setor mineiro sustentável em Portugal
Eliminar as barreiras à concorrência na logística e armazenamento dos combustíveis	Valorização do território							
SIMPLEX +	Modernização do Estado	0	500 000	284 750	0	0	0	O programa Simplex pretende tornar o Estado mais eficiente, obter ganhos de produtividade, aumentar a competitividade e melhorar o ambiente de negócios, com estimativa de redução de 15% dos encargos administrativos para as empresas; AVALIAÇÃO DE IMPACTO DE 13 MEDIDAS DO SIMPLEX+2016: Foi feito um estudo pelo ISEGI, da Universidade de Nova de Lisboa, para uma amostra de medidas (14 medidas). Temos atualmente resultados para 13 medidas. A desmaterialização, desburocratização e simplificação de procedimentos das 13 medidas avaliadas, permite às empresas uma poupança anual potencial de €624M em custos administrativos, destacando-se as atividades relativas a familiarização com obrigações de informação (leitura de legislação e familiarização de procedimentos) e ao preenchimento de formulários, que no seu conjunto representarão uma poupança de cerca de €250 M.Globalmente, considerando todas as atividades administrativas, estima-se que as 13 medidas irão poupar 48 milhões de horas às empresas. Estima-se também que o impacto potencial das 13 medidas se reflita na economia portuguesa em cerca de €1.100 M, cerca de 0,6% do PIB português;No que concerne à Administração Pública a estimativa é que haja uma redução de tempos despendidos superior a 490.000 horas de trabalho. Esta poupança equivale ao total de horas trabalhadas num ano por mais de 300 funcionários públicos. Este tempo pode assim ser alocado a um melhor desempenho em outras funções, ou mesmo em backoffice.
Criar um Laboratório ou incubadora de inovação no setor público	Modernização do Estado	0	4 800	2 736	0	0	0	Promoção de colaboração entre inovadores de vários setores, mobilizando conhecimento e criatividade dos centros de inovação e de investigação, incubadoras, startup, entidades privadas e serviços públicos. Inovar e adaptar a Administração Pública ao século XXI, criando um ecossistema de inovação.
Simplificar a contratação pública para favorecer a inovação	Modernização do Estado	0	11 600	1 995	0	0	0	Favorecer a inovação na Administração Pública mediante a simplificação dos procedimentos de contratação de projetos inovadores
Startup Simplex - (programa descontinuado) - GOVTECH	Modernização do Estado	0	-6 000	3 415	0	0	0	Estimular o empreendedorismo e a aplicação de novas ideias em projetos que beneficiem a Administração Pública. É previsível que mediante esta medida venha a ser substancialmente acrescida a inovação na Administração Pública, com ganhos de produtividade e de competitividade, em benefício dos cidadãos e das empresas.
Estratégia TIC 2020	Modernização do Estado	0	52 930	24 290	0	0	0	Prestação de serviços públicos aproveitando todas as potencialidades das TIC, racionalizando e concentrando a função informática dos Ministérios, poupando para investir e qualificando a Administração Pública
Digitalização e disponibilização de acervos de arquivos e bibliotecas online	Modernização do Estado		0	0				
Projeto Balcão Único do Emprego	Modernização do Estado							Aliviar a carga administrativa dos SPE, quer a nível de front-office, quer a nível de back-office, ampliando a margem para um aconselhamento mais personalizado de cidadãos e empresas, incorporando lógica de gestão de caso
Modelo de Acompanhamento Personalizado para o Emprego	Modernização do Estado							
Integrar processos de licenciamento no BdE	Modernização do Estado	4 000	4 000	2 000	0	0	0	Redução dos custos de contexto para as empresasRedução de custos para as entidades públicas por via da sinergia e racionalização de plataformas tecnológicas Fomento do mercado interno e livre circulação de pessoas e bens
Plataforma do Mar	Modernização do Estado							
Simplificar o licenciamento da aquicultura	Modernização do Estado							
Diversificar os meios de pagamento de obrigações contributivas repetidas e periódicas dos cidadãos e empresas	Modernização do Estado							
Redinamizar a RIMA (Reunião Interministerial para a Modernização Administrativa)	Modernização do Estado							Simplificação legislativa de cariz transversal
Aplicar o "Teste PME" (Custa Quanto)	Modernização do Estado							redução de encargos sobre os cidadãos e as empresas
Comporta Regulatória	Modernização do Estado							redução de encargos sobre os cidadãos e as empresas
Implementar o princípio saldo positivo - Revoga +	Modernização do Estado							Simplificação do ordenamento jurídico.
Simplificar a legislação e garantir a estabilidade e a previsibilidade normativas	Modernização do Estado							Redução da produção legislativa e simplificação do sistema jurídico, com aumento da sua qualidade. Muito relevante ao nível da estabilidade e da previsibilidade normativas, bem como ao nível do ambiente de negócios e da atividade empresarial.
Transpor a Diretiva n.º 2005/36/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho de 7 de setembro, relativa ao reconhecimento das qualificações profissionais	Modernização do Estado							Finalização do processo de transposição.
Implementar a Diretiva n.º2006/123/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho de 12 de Dezembro, relativa aos serviços no mercado interno	Modernização do Estado							Finalização do processo de transposição no 2.º semestre de 2016
Agilizar a ação executiva	Modernização do Estado	0	0	0	0	0	0	A reforma permitiu uma agilização da resolução das pendências executivas comprovado pelo último indicador estatístico. O número de processos pendentes (ações executivas) nos tribunais judiciais de 1.ª instância teve uma variação decrescente de 33% (comparação entre o terceiro trimestre de 2018 e o resultado obtido no final de 2015), atingindo os 628.653 processos pendentes.
Aumentar a capacidade de resposta dos tribunais administrativos e fiscais	Modernização do Estado	0	73	0	0	0	0	Modernização e racionalização da organização e das estruturas que integram o setor da justiça administrativa e tributária dotando esta jurisdição de ferramentas que favoreçam a agilização de procedimentos, assim se potenciando a celeridade e garantindo uma tutela jurisdicional efetiva.Combater o aumento exponencial de pendências.

Nome da Medida	Pilar do PNR	Receitas do Estado	Despesas do Estado	Despesas do Estado - Portugal 2020	Contribuição dos fundos U.E. - Plano Juncker	Contribuição dos fundos U.E. - Outras linhas financiamento	Outras fontes de financiamento	Descrição qualitativa dos impactos previstos e respetiva calendarização
Plano de modernização tecnológica do Sistema Judicial	Modernização do Estado	0	26 351	4 390	0	0	0	0 As pendências dos processos judiciais são o foco desta medida, para as quais contribuem muitos fatores que são positivamente influenciados pelas suas diferentes ações. Já no 1º trimestre de 2017 o número de ações cíveis pendentes registou um decréscimo de 12,4% face ao primeiro trimestre de 2016 e de 5,7% face ao 4º trimestre de 2016, devido ao número de ações cíveis findas ter sido superior ao das entradas. No 4º trimestre de 2017 o decréscimo acentuou-se, fixando-se em menos 25% de processos pendentes relativamente ao existente no final de 2015. À data, o decréscimo já atinge menos 33% do verificado em 2015, mantendo uma tendência de recuperação de processos pendentes. Esta tendência prosseguirá se forem implementadas as medidas de modernização já definidas. O sistema de indicadores de gestão processual dos tribunais judiciais e administrativos e fiscais é uma ferramenta essencial para a gestão quotidiana dos Tribunais, que permite agir em antecipação aos resultados. Ainda que não interfira na capacidade produtiva, interfere na eficiência dos recursos existentes. O Acesso remoto pelos Magistrados ao CITIUS, já uma realidade em 2017, traz maior comodidade e capacidade de interação dos magistrados com o sistema central de gestão de processos. A adoção da transcrição automática, âmbito do projeto candidatado e aprovado no 3º aviso do SAMA FEDER, terá expetavelmente um forte impacto na celeridade da recuperação e apreciação de processos. Por outro lado, a publicitação da duração expectável dos processos judiciais, favorecerá uma melhor distribuição de processos a montante, o que também contribuirá para a eficiência de todo o sistema, algo que já ocorre desde junho de 2017. Com a medida de "Gestão de Atividades" os tribunais, as suas estruturas de gestão e todos os decisores terão acesso a informação que reflete de forma mais detalhada o que se encontra dependente de execução nos processos judiciais pendentes em
Combater o crime económico, designadamente a corrupção	Modernização do Estado	6 980	3 346		0		3 582	0 Redução de tempos das investigações, maior capacidade de reprimir o crime, aumento da confiança dos cidadãos e agentes económicos na justiça penal e no Estado pelo reforço da ideia de que o crime não compensa. Estima-se que a partir de 2018 haja um reforço da capacidade operacional de Portugal para o combate ao crime cometido com recurso a meios tecnológicos, nomeadamente a criminalidade económica e ou financeira. Contudo, faltam meios humanos à PJ, sem os quais a tecnologia, por si só, não trará os benefícios pretendidos. É dramática a insuficiência de recursos humanos para a investigação da criminalidade altamente organizada e complexa, em especial a criminalidade económico-financeira, a cibercriminalidade, o terrorismo e todas as formas de extremismo violento, que podem minar a paz social, a segurança interna e a justiça criminal.
Reforçar a resposta dos meios de resolução alternativa de litígios	Modernização do Estado	0	970	614	0		0	0 Melhorar a capacidade de resposta do sistema de modo a que o cidadão e as empresas possam obter uma decisão em tempo útil. Dinamização da rede de centros de arbitragem de conflitos do consumidor para uma melhor resposta.
Descongestionar os tribunais	Modernização do Estado	0	0	223	0		0	0 Reforçar a tutela jurisdicional efetiva incrementando os níveis de desempenho e reforçando a confiança dos cidadãos e das empresas no setor da justiça.
Aumentar a transparência das parcerias público-privadas, através do reporte de informação regular sobre PPP locais e regionais	Modernização do Estado							A implementação das medidas de reporte de informação elencadas, permitirá manter um registo actualizado e completo das PPPs e Concessões de iniciativa local e regional (à semelhança do que já sucede com as PPPs e Concessões da Administração Central), com o objetivo de proceder a um acompanhamento regular da execução financeira dos respetivos contratos.
Promover o incremento da transparência e concorrência nos mercados públicos	Modernização do Estado							limita-se a utilização do procedimento de ajuste direto com consulta a apenas uma entidade a aquisições de baixo valor, conferindo-se autonomia ao predimento de consulta prévia a três entidades. Determinam-se medidas de prevenção e eliminação de conflito de interesses na condução de procedimentos de formação de contratos, por parte dos diversos intervenientes nos procedimentos, incluindo membros do júri e peritos que lhe prestam apoio. Introduce-se a consulta preliminar, de modo a que, antes de um procedimento de contratação, a entidade adjudicante realize consultas informais ao mercado a fim de preparar o procedimento, fixando mecanismos para que isso não se traduza em perda de transparência ou prejuízo para a concorrência;
Reforçar o papel dos Municípios e das Freguesias	Modernização do Estado							2-Efetiva descentralização, para as autarquias locais, de um conjunto de competências de gestão de serviços públicos de carácter universal. 4-Elaboração de relatório de avaliação e ponderação de alterações necessárias. 5- Melhorar o indicador em 10 pontos percentuais até 2026, por forma a aproximar da média da UE
Democratizar as Comissões de Coordenação e Desenvolvimento Regional (CCDR)	Modernização do Estado							
Reforçar a cooperação intermunicipal por parte das Comunidades Intermunicipais (CIM) e da legitimidade democrática e competências das Áreas Metropolitanas (AM)	Modernização do Estado							1. Elaboração de relatório de avaliação e elaboração das necessárias iniciativas legislativas. 2. Elaboração de relatório de avaliação e ponderação de alterações necessárias.
Transferir infraestruturas para o poder local	Modernização do Estado							
Digitalizar e disponibilizar conteúdos audiovisuais (RTP)	Modernização do Estado							
Capitalizar - Instrumentos Financeiros	Capitalização de empresas		1 600 000	1 300 000		400 000		Melhoria da capacidade de investimento das PME na inovação e internacionalização.
Fundo Capitalizar – Reestruturação e crescimento	Capitalização de empresas	0	400 000		0	1 000 000	0	Melhor utilização da capacidade produtiva instalada através da recuperação de empresas com viabilidade económica demonstrada.
Promover a participação de empresas nos mercados de capitais	Capitalização de empresas							Criação de dinâmica de diversificação de fontes de financiamento das PME através do recurso a mercado de capitais.
Avaliar a função dos credores públicos em processos de recuperação	Capitalização de empresas							
Capacitar e melhorar a qualidade da atuação dos administradores judiciais	Capitalização de empresas	0	626	446	0		0	0 Melhorar a capacidade de resposta do sistema de modo a que o cidadão e as empresas possam obter uma decisão em tempo útil.
Mecanismos de sensibilização de empresas e alerta precoce sobre dificuldades	Capitalização de empresas	0	1 920	1 632	0		0	0
Tratamento fiscal sem discriminação negativa do capital próprio	Capitalização de empresas							Reforço de capitais próprios e de rácios de autonomia financeira
Outras medidas fiscais de promoção da capitalização	Capitalização de empresas							Reforço de capitais próprios e de rácios de autonomia financeira
Eliminar as taxas moderadoras do acesso ao serviço de urgência sempre que o utente seja referenciado	Coesão e Igualdade	-39 270	0	0	0		0	0 Maior acesso aos CSP: 1. Eliminação do pagamento de taxas moderadoras (nos MCDT realizados no hospital de dia e nos serviços de urgência para o qual haja referência (CSP, CASNS ou INEM); nas sessões de hospital de dia); 2. Isenção total do pagamento de taxas moderadoras para os doadores benévolos de sangue; doadores vivos de células, tecidos e órgãos e para os bombeiros; 3. Dispensa do pagamento de taxas moderadoras: no tratamento e seguimento da doença oncológica; na primeira consulta de especialidade hospitalar, com referência pelos CSP; no atendimento em serviço de urgência, no seguimento da referência (CSP, CASNS ou INEM) incluindo os atos complementares prescritos; no atendimento na rede de prestação de CSP, no seguimento de referência pelo CASNS.
Rever o sistema de isenções e dispensas do pagamento de taxas moderadoras	Coesão e Igualdade							Esta reforma permite que os utentes crónicos disponham de um melhor acesso com redução de encargos a seu cargo
Reduzir o valor global das taxas moderadoras	Coesão e Igualdade							Pretende-se que gradualmente as taxas moderadoras deixem de ser uma barreira no acesso aos cuidados de saúde
Repór o direito ao transporte de doentes não urgentes de acordo com as condições clínicas e económicas	Coesão e Igualdade	-7 020						Nenhum doente ficará assim sem assistência por falta de condições de acesso a transporte
Ampliar e melhorar a cobertura do SNS nas áreas da Saúde Oral e da Saúde Visual	Coesão e Igualdade	4 095	176 451	0	0		0	0
Contratar mais médicos de família	Coesão e Igualdade	24 399		0	0		0	0
Expandir os cuidados continuados prestados no domicílio e em ambulatório	Coesão e Igualdade							O principal impacto destas medidas é o reforço da capacidade de resposta em termos dos cuidados a utentes com situação de dependência moderada a elevada, com respetivo suporte ao longo de todas as etapas da vida
Reforçar a RNCCI	Coesão e Igualdade	0	105 930	0	0		0	0
Desenvolver a componente de saúde mental na Rede Integrada de Cuidados Continuados	Coesão e Igualdade	0	43 320	0	0		0	0
Melhorar a resposta dos cuidados paliativos e implementar cuidados paliativos pediátricos	Coesão e Igualdade							
Criar um Sistema Integrado de Gestão do Acesso - SIGA	Coesão e Igualdade							Aumento da produção e do desempenho das unidades Aumento da capacidade de resposta Maior sustentabilidade

Nome da Medida	Pilar do PNR	Receitas do Estado	Despesas do Estado	Despesas do Estado - Portugal 2020	Contribuição dos fundos U.E. - Plano Juncker	Contribuição dos fundos U.E. - Outras linhas financiamento	Outras fontes de financiamento	Descrição qualitativa dos impactos previstos e respetiva calendarização
Implementar os Centros de Referência, reconhecidos como o expoente mais elevado de competências na prestação de cuidados de saúde de elevada qualidade em situações clínicas	Coesão e Igualdade							Melhores resultados em saúde em áreas específicas de investigação
Criar o Conselho Nacional dos Centros Académicos	Coesão e Igualdade							Estimular a investigação e produzir ganhos em termos de conhecimento e experiência dos futuros profissionais
Promover a gestão reformista do sistema de pensões	Coesão e Igualdade		2 072 000					Garantir a sustentabilidade a médio prazo e melhorar a adequação do sistema de pensões; Pretende-se que o efeito das medidas seja neutral do ponto de vista orçamental, ou seja, fazendo equivaler os impactos na despesa aos da receita.
Garantir a convergência da CGA com o regime geral da segurança social	Coesão e Igualdade							
Combater a fraude e a evasão contributiva	Coesão e Igualdade		0	0	0	0	0	
Simplificar o sistema da Segurança Social	Coesão e Igualdade							Ganhos de eficiência para o sistema, que promovam a sua simplificação e que permitam inclusive eliminar redundâncias em medidas que concorram para o mesmo fim. Ganhos de confiança no sistema.
Reforçar o modelo da condição de recursos em prestações sociais de natureza não contributiva	Coesão e Igualdade							
Combater a pobreza nas crianças e jovens	Coesão e Igualdade		424 000					
Repôr mínimos sociais (RSI e CSI) e promoção de inclusão social no Rendimento Social de Inserção (RSI)	Coesão e Igualdade	0	641 000	0	0	0	0	0 Impacto de 2016 resulta de dois efeitos: a) alteração da escala de equivalência, que melhora a prestação dos atuais beneficiários que não sejam isolados e alarga a cobertura a novas famílias; b) atualização do valor de referência, que melhora a prestação de todos os atuais beneficiários e alarga a cobertura de novos beneficiários. Os impactos do período 2017-2019 consideram a reposição faseada do Valor de Referência do RSI, iniciada em 2016.O impacto reflete a atualização da prestação para os atuais beneficiários (dado o caráter diferencial da prestação) e o alargamento da cobertura a novos, ambos os efeitos decorrentes das atualizações do valor de referência.
Atualizar a retribuição mensal mínima garantida (RMMG)	Coesão e Igualdade		0	0	0	0	0	0 - Aumento do rendimento disponível das famílias; - Compensar as perdas acumuladas no poder de compra real dos trabalhadores entre 2012 e 2014 (período em que o valor da RMMG esteve congelado)
Apoiar excecionalmente o emprego, na sequência da retribuição mensal mínima garantida (RMMG)	Coesão e Igualdade		0	0	0	0	0	0
Aumentar o subsídio por assistência a 3.ª pessoa (proteção na deficiência)	Coesão e Igualdade	0	7 700	0	0	0	0	Impactos na despesa acumulados face a despesa de 2015
Prestação Social para a Inclusão	Coesão e Igualdade				0	0		Melhoria da cobertura das prestações sociais no âmbito da deficiência, garantindo uma maior equidade social e combatendo a pobreza neste grupo alvo.
Promover uma medida extraordinária de apoio aos desempregados de longa duração	Coesão e Igualdade	0	213 000	0	0	0	0	
Rever o regime do Trabalhador Independente	Coesão e Igualdade							Efeito neutro do ponto de vista orçamental
Atualizar o Indexante de Apoios Sociais	Coesão e Igualdade	0	226 000		0			0 Os impactos foram avaliados apenas para as prestações e programas do âmbito do MTSS, pese embora haja medidas de outras áreas dependentes do IAS. Os impactos são acumulados.
Promover a inclusão social através de programas dirigidos a pessoas em situação de maior vulnerabilidade	Coesão e Igualdade	0	387 243	152 211	0	176 946	0	0
Modelo de Apoio à Vida Independente	Coesão e Igualdade	0	34 706	26 840	0	0	0	0 Melhoria dos serviços de apoio a pessoas com deficiência ou incapacidades, promovendo a sua autonomia e participação social.
Cultura para Todos	Coesão e Igualdade		2 185	1 900				Estas medida está contratualizada nos pactos.Os avisos estão na ADC para validação. Serão brevemente publicados. As operações deverão ser aprovadas até ao final do ano.
Solucionar os elevados níveis de non-performing loans nos bancos	Outras medidas							Potencia os resultados do Asset Quality Review / a solvência das instituições financeiras / o cumprimento dos rácios regulatórios
Melhorar o cumprimento das obrigações fiscais e da eficiência e eficácia da AT	Outras medidas							
Alterar a intervenção da administração fiscal em processos de revitalização de empresas.	Outras medidas							
Eliminar exigências excessivas ou desproporcionadas (custos de contexto)	Outras medidas							
Reduzir a incerteza e a instabilidade fiscal	Outras medidas							
Melhorar a eficiência (Saúde)	Outras medidas	0	-517 620	0	0	0	0	0 Maior acessibilidade na aquisição de medicamentos; Erradicação da Hepatite C; Aumento do poder de compra de medicamentos; Melhor uso do medicamento; Ganhos de eficiência; Maior sustentabilidade
Programa SIMPLEX (Saúde)	Outras medidas	0	-729 000	0	0	0	0	0 Maior proximidade do SNS aos cidadãos
Introduzir medidas de transparência a todos os níveis, com divulgação atempada da informação relativa ao desempenho do SNS	Outras medidas							Maior satisfação dos cidadãos que veem a publicação dos resultados de desempenho do SNS de forma clara e transparente.Maior rigor e controlo da gestão do desempenho do SNS.
Combater a Fraude no SNS	Outras medidas	0	-199 426					Redução dos índices de fraude no SNS
Pagamento das dívidas das EPE da Saúde	Outras medidas	0	1 304 000	0				O objetivo de eliminar os pagamentos em atraso nos hospitais EPE, no final de 2019, visa tornar estas entidades mais sustentáveis e conceder-lhes maior autonomia.
Reformar o modelo de gestão e de organização hospitalar e criação dos Centros de Responsabilidade Integrada (CRI)	Outras medidas							Impacto positivos com o maior rigor, evitando-se desperdícios e ineficiências no cumprimento dos contratos
Reduzir o défice e a dívida pública	Outras medidas	0	-4 000 000	0	0	0	0	